

AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR FRENTE À TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

DIFFICULTIES EXPERIENCED BY AS TEACHERS OF HIGHER EDUCATION FACING THE TRANSITION PARADIGMATIC EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Fleuri Cândido Queiroz (FPbe)
Indira Coelho de Souza (FPbe)
João Carlos Farber (FPbe)
Miguel Luz (FPbe)
Patrícia Regina de Moraes (FPbe)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi abordar discussões acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores universitários em razão do surgimento de um novo paradigma educacional, o qual é diferente daquele da pedagogia tradicional que considera o aluno como “objeto da educação”, demonstrando que o processo de ensino e aprendizagem deve ser uma parceria entre o professor e o aluno, sujeito da educação. Buscou demonstrar, ainda, a importância da consciência crítica nesse processo, já que o desafio para os professores universitários é colaborar para a formação de alunos críticos e reflexivos que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais digna, justa e igualitária. O método utilizado para obtenção de dados foi a pesquisa bibliográfica, realizando uma busca sistematizada abrangendo artigos de periódicos, dissertações, teses e capítulos de livros. Por meio da pesquisa realizada concluímos que é preciso criar novos ambientes para o aprendizado, bem como se apropriar dos resultados dos avanços científicos e tecnológicos já atingidos, incorporando-os ao ensino, inovando tanto no que se refere aos conteúdos como no que diz respeito aos métodos.

Palavras-chave: dificuldades no ensino superior; professor do ensino superior; novo paradigma educacional; pedagogia do ensino superior.

ABSTRACT

The objective of this study was to address arguments about the difficulties faced by academics because of the emergence of a new educational paradigm , which is different from the traditional pedagogy that considers the student as "object of education ", demonstrating that the process of teaching and learning should be a partnership between the teacher and the student , the subject of education . Sought to further demonstrate the importance of critical consciousness in this process , since the challenge for academics is to help the formation of critical and reflective learners who can contribute to building a more decent, just and egalitarian society. The method used for obtaining data was the literature search , conducting a systematic search covering journal articles , dissertations , theses and book chapters. We conclude that we need to create new environments for learning , as well as appropriating the results of scientific and technological advances already achieved , incorporating them into teaching , innovating both in relation to the contents as with regard to methods.

Keywords: difficulties in higher education; Professor of higher education; new educational paradigm; pedagogy in higher education.

Introdução

A qualidade da formação dos alunos do ensino superior é, sem sombra de dúvida, um dos maiores desafios a serem enfrentados nos dias de hoje, circunstância, ademais, diretamente ligada à formação do próprio professor universitário. Isso ocorre porque, na atualidade, antevemos uma quebra de paradigma educacional, desencadeada pela crise que hoje sofre a educação brasileira, de forma geral.

Assim, o objetivo do presente estudo foi discorrer acerca das dificuldades vivenciadas pelos professores do ensino superior frente a essa transição paradigmática¹, o que requer a apropriação de outros conhecimentos, de novas tecnologias, bem como de novas formas de ensinar, pelas quais seus alunos o compreendam. Some-se a esse rol a necessidade de trabalhar também a interdisciplinaridade, em todos os níveis de ensino e, ainda, o problema do nivelamento dos alunos, que chegam à universidade com níveis de conhecimento muito diferentes e, às vezes, aquém do que seria esperado pelo professor.

Até pouco tempo atrás, a história nos mostra que a responsabilização pela qualidade do ensino recaía exclusivamente sobre o professor. Sobre o professor pairavam as “luzes”, já que era considerado como o único que detinha conhecimento diante do aluno, que era tido como o “ignorante” da relação educacional. Hoje, sabemos que o processo de ensino e aprendizagem deve ser uma parceria entre professor e aluno.

Ora, de acordo com a pedagogia tradicional, cabe ao professor ensinar e ao aluno aprender, como se este fosse uma “tábula rasa”, baseando-se o professor na mera transmissão de conhecimento, o que, na opinião de muitos estudiosos, não contribui para a formação de um aluno crítico-reflexivo, e acarreta na mera reprodução da ideologia dominante imposta pelo Estado e que oprime as massas.

Para Álvaro Vieira Pinto², as finalidades da educação não se limitam à transmissão do saber formal, científico, técnico, artístico; sua finalidade está ligada à mudança da condição humana do indivíduo que adquire esse saber no âmbito de uma sociedade; é, pois, um elemento transformador do mundo.

O autor afirma que não é o homem que se eleva e eleva consigo o mundo, e sim, o mundo que se eleva, que eleva consigo o homem. Assim, a educação não deve ser vista como uma mera conquista individual, mas sim, como uma função da sociedade e, como tal, dependente de seu grau de desenvolvimento.

Aqui fica uma observação em relação à incompletude do ato de apenas transmitir conhecimento: é necessário que o professor trabalhe a favor de possibilitar e de criar a oportunidade para seus alunos desenvolverem seu senso crítico, por meio da reflexão. Nesse sentido, a transmissão de conteúdos, como verdades finitas e estagnadas, mais aliena do que educa.

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: edições Aforamento, 2010. Nessa obra, Boaventura utiliza o termo “transição paradigmática”, ao se referir às mudanças vivenciadas na educação e, conseqüentemente, na sociedade de forma geral.

² PINTO. Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

O Ensino Bancário

É importante que o professor compreenda que o ensino baseado apenas na transmissão de conhecimentos, nos moldes do ensino “bancário”, conforme o saudoso Paulo Freire³, não desenvolve o senso crítico e não estimula a reflexão por parte do aluno. Para Freire, a pedagogia deve ser humanista; uma pedagogia que problematiza e questiona, entendendo o ser humano como um ser inconcluso, inacabado e incompleto que, ao perceber que não conhece tudo, busca o saber, o conhecimento e o seu aperfeiçoamento, continuamente, com vistas a sua emancipação.

Contudo, Freire adverte que sempre há uma intenção por trás da educação, pois o processo educativo é antes de tudo um ato político, uma relação de domínio ou de liberdade entre as pessoas. A educação seria o caminho para a libertação das pessoas oprimidas.

Freire critica a concepção de educação na qual o professor é mero transmissor de informação, “depositando” seus conhecimentos nos alunos, não havendo espaço para reflexão ou debates. Eis aí a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os “depósitos”, guardá-los e arquivá-los.

Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que (eles os sábios) julgam nada saber; doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão e absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de “alienação e ignorância”.

Ainda, segundo o autor: “Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação.”⁴

Para Freire, a educação que liberta é aquela que faz com que o aluno desenvolva consciência crítica e participe ativamente no processo de aprendizagem, pois só assim o homem se torna, efetivamente livre.

Mas, o que significa ser um aluno crítico? Segundo Daniela E. de S. MOSSINI⁵

É crítico o aluno que pensa e reflete sobre os fatos concretos e extrai da sua análise argumentos e ideias para melhorar seu desempenho, traçar melhor seus objetivos, definir suas atitudes e repensar suas crenças.

³ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. (1983). 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21).

⁴ Op. Cit. pg. 45

⁵ MOSSINI, Daniela E. de S. Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade. Doutorado em Educação: Currículo PUC-SP, São Paulo, 2010 – 256 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Freire acredita que ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar possibilidade para a própria produção ou a sua construção. Assim, as atenções devem se voltar para o aluno, reconhecendo-se que este também tem sua grande parcela no ato de conhecer, pois não é objeto, mas sim, sujeito da educação, já possuidor de uma gama de experiências adquiridas no decorrer de sua vida.

A consciência crítica e a consciência ingênua

Para Vieira Pinto⁶, é indispensável o caráter de encontro de consciências no ato da aprendizagem, porque a educação é uma transmissão de conhecimento de uma consciência à outra; de alguma coisa que uma já possui e a outra ainda não. Portanto, o ponto de partida da educação não é a ignorância do educando, mas sim o que ele já sabe; a diferença de acervo cultural que tem o aluno no momento em que vai para a universidade.

Dessa forma, aos olhos do professor, o aluno deve deixar de ser “aquele que ignora”, para ser considerado como ser humano sabedor e detentor de conhecimentos que também podem agregar ao docente, embora diferentes do que este último possui. É por isso que, atualmente, se diz que “o professor também aprende”. Vieira Pinto vai além e afirma que “o caminho que o professor escolheu para aprender foi ensinar”.

Contudo, o conhecimento é sempre uma relação ou um laço entre o sujeito que conhece e “algo” conhecido, que denominamos “objeto”. O sujeito e o objeto são os termos ou os elementos essenciais de todo conhecimento. Conforme o ilustre Miguel Reale⁷, pelo intelecto, os elementos sensoriais são ordenados e deles se extraem os conceitos, senão vejamos:

A inteligência não é uma chapa fotográfica, que registre passivamente impressões, mas é, ao contrário, um fator ativo e positivo, capaz de subordinar a si os elementos empíricos, de maneira a captá-los na sua essência, atingindo-lhes os significados, ou formas universais, que se traduzem em conceitos.

Conforme a sociedade vai se desenvolvendo, a educação passa a ser cada vez mais importante, justamente porque o educando também atua como educador e irá requerer, cada vez mais, oportunidades de educação. O educador deve compreender que a fonte de seu constante aprendizado é a sociedade, da qual recebe estímulos, desafios e problemas a solucionar. Deve, pois, se adaptar às novas exigências de sua realidade.

Compete ao professor, além de incrementar e atualizar os seus conhecimentos, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino,

⁶ Op. Cit. Pag. 21

⁷ REALE, M. *Horizontes do Direito e da História*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 96.

conforme sua própria realidade pessoal, avaliando sua conduta e seu desempenho, periodicamente, verificando se está atingindo os objetivos que pretendia.

A educação seria, então, a formação do homem pela sociedade, com o objetivo de integrá-lo e conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos, configurando-se um fato histórico e cultural, no entender de Vieira Pinto.

Assim, o primeiro passo para a constituição de uma consciência crítica está em fazer com que o indivíduo observe a sua realidade e reflita sobre ela, deixando de ser apenas um participante inconsciente para reivindicar educação e direitos.

É importante também que as instituições de ensino disponibilizem recursos tecnológicos de última geração e incentivem a utilização desses recursos por parte dos professores, por meio de cursos de capacitação.

Na prática, o professor manifesta certa resistência em se apropriar desses recursos, e também há pouco incentivo aos alunos para que deles façam uso. Nota-se aqui o reflexo do conservadorismo que insiste em ditar o nosso ensino, ainda estreitamente ligado à pedagogia tradicional, o que se vislumbra e se expressa na prática, dentro das salas de aula.

Para a melhoria do ensino, também é preciso que o professor se aperfeiçoe e se atualize, o que pode significar uma contradição: o desejo pelo novo se debate com aquilo que é velho, que já não serve mais, mas que ainda é praticado nas salas de aula em razão do costume, como uma espécie de “inércia educacional”, por ser mais fácil continuar agindo da mesma forma do que refletir acerca de como melhorar as práticas pedagógicas.

Em razão do paradigma educacional vigente estar ruindo pouco a pouco, os professores já perceberam que o ensino precisa de mudanças. Este é o primeiro passo para qualquer mudança que valha a pena: a conscientização.

Os professores estão sendo compelidos a apropriar-se de novas metodologias de ensino, embora não tenham muito certo e definido por onde começar - e o que efetivamente melhorar. Isso demonstra claramente a crise vivenciada no ensino pois sabe-se que é necessária a mudança, mas não se sabe muito bem o que mudar.

Assim, constatamos a emergência de um novo paradigma. Na prática dos professores é nítida a crise do paradigma moderno. De um lado, estão os que consideram o conhecimento e o ensino como transmissão de um saber pronto e acabado; de outro lado, os que entendem o conhecimento e o ensino como uma construção em constante aprendizado, dinâmica e infinita. Entre um e outro extremo, estão os professores que convivem com a existência dos dois paradigmas: o que está ruindo e o que está emergindo, percebendo que alguma coisa não vai bem.

É preciso salientar que o problema dos professores que consideram o conhecimento apenas como transmissão de um saber pronto, é justamente a adoção de uma posição epistemológica e filosófica acrítica frente ao contexto histórico e social em que estão inseridos; em sua prática pedagógica, defendem o conceito de conhecimento como um todo construído e organizado.

Conforme Vieira Pinto⁸, além da visão externa da capacitação do professor, que diz respeito à observância da realidade social, o educador precisa fazer um controle pela via interna, através de sua própria consciência, ciente de sua natureza inconclusa como sabedor.

Ademais, há também uma outra problemática que envolve o professor universitário: Wladimir Kourganoff⁹ critica o fato da competência pedagógica, da dedicação ao ensino, contar sempre em segundo plano na carreira do professor universitário:

Assim, paradoxalmente, no ensino superior o ensino não é jamais considerado como a principal função de um professor.

Para Kourganoff, o ensino superior é uma atividade que fica sempre em segundo plano para o professor universitário, como se fosse um “bico”. Diante desse fato, N. J. Paoli¹⁰ lança a hipótese de que:

[...] na cultura universitária existe uma corrente de pensamento que julga o “dar aulas”, ou “ensinar” ou “orientar” como alguma coisa que não vale a pena.

Corroborando esse entendimento, Miriam Celi Pimentel Porto Foresti¹¹ afirma que:

É importante registrar que a falta de compreensão do significado pedagógico de sua prática muitas vezes faz o próprio docente encarar a atividade de ensino como uma questão menor. Quando o interesse existe, falta fundamentação teórica para romper o senso comum que caracteriza essa prática, levando-o muitas vezes a buscar nos meios, nos equipamentos e recursos, a solução mágica para as questões pedagógicas, sem uma reflexão crítica sobre a sua prática e sem preocupação com a construção do projeto pedagógico de sua disciplina e do curso no qual está inserido.

Compete ao professor esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, bem como compreender a necessidade de aprender por toda a vida.

⁸ Op. Cit. Pg. 53.

⁹ KOURGANOFF, W. **A face oculta da universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

¹⁰ PAOLI, N. J. **O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa**: elementos para uma discussão. Cadernos CEDES, n.22, p.27-52, 1988.

¹¹ FORESTI, M.C.P.P. **Subsídios à construção da prática pedagógica na Universidade** – Artigo. Interface: comunicação saúde e educação – p.69/82. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2012.

É preciso reconhecer que a profissão docente tem uma especificidade epistemológica diferente de outras profissões, tanto no que se refere aos seus saberes, quanto às situações de suas construções, além de sua dimensão ética, conforme Maria Izabel Cunha¹². Por vezes, falta ao professor universitário a plena consciência de sua função. A conscientização é importante para constituição do professor, o que impactará diretamente o desenvolvimento de seus alunos.

Nesse sentido, Pinto¹³ trouxe grande contribuição em sua obra, discorrendo acerca do que seja “consciência”. Afirma o autor que “consciência é a representação mental da realidade exterior e interior (autoconsciência) que tem o indivíduo ou uma coletividade”¹⁴. No entanto, a consciência pode tanto ser ingênua como crítica.

A consciência ingênua é aquela que não inclui, em sua representação da realidade exterior e interior de si mesma, a compreensão das condições e determinantes que a fazem pensar como pensa. Não inclui a referência ao mundo objetivo como seu determinante fundamental. Para a consciência ingênua, a realidade e o contexto histórico e social são apenas recebidos ou enquadrados em um sistema de ideias que se cria por si mesmo; ela não tem autoconsciência.

Por outro lado, a consciência crítica é aquela que tem clara percepção dos condicionamentos objetivos que influem na sua representação mental que tem do mundo e de si mesma; compreende que o mundo objetivo é uma totalidade, dentro da qual se encontra inserida, em determinado espaço e tempo; é “autoconsciência”.

Fazendo uma conexão desse entendimento acerca da consciência com a concepção de educação e ensino, vemos que ela pode assim se apresentar: A consciência ingênua considera o educando um “ignorante”, em sentido lato, e vê o aluno como mero objeto da educação; não o reconhece como sujeito da educação.

Como consequência disso, a consciência ingênua parte da premissa que o educando é um ser que não possui consciência e que precisa recebê-la pela educação, acreditando que irá “transformar” um ser que não é homem, em homem. Com isso, o aluno se sente inferior e passa a agir passivamente, porque julga que está recebendo do professor uma verdade absoluta, na qual não pode influir.

Ora, a consciência ingênua encara a educação como mera transmissão de um conhecimento finito e acabado, onde o conteúdo e a forma da educação não se modificam conforme o sujeito, o tempo e o lugar em que são aplicados.

De outra banda, na concepção crítica da educação, o educando é tido como sujeito da educação e se comporta como tal, impondo-se de forma ativa, em uma relação de parceria com o professor. O aluno sente que pode dar vazão às suas ideias e que pode influir positivamente na sociedade em que vive, reconhecendo-se também como um potencial educador. Assim, percebemos o quanto é importante que o professor tenha uma concepção crítica acerca do ensino.

¹² CUNHA, M.I., LEITE, D.B.C. *Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade*. Campinas: Papyrus, 1996 (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

¹³ Op. Cit. Pág. 45.

¹⁴ Op. Cit. 32

Além da consciência crítica, o educador deve reconhecer suas concepções e valores. Nada mais importante do que reconhecer, em primeiro lugar, qual a sua concepção “antropológica”. A concepção antropológica do professor deve estar bem assentada, pois ela é a base, o fundamento para a formação da concepção política e gnosiológica, dentre outras concepções.

A concepção antropológica diz respeito à concepção de ser humano que se tem, a qual vai sendo formada ao longo da vida. A forma de compreender o ser humano vai organizar a visão de mundo que o professor terá, e impregnará as suas ações e condutas.

Assim, as demais concepções dependem da concepção antropológica, tendo em vista que esta traz em si uma maneira de compreender o ser humano, ao menos de forma implícita, que já está arraigada e pressupõe um determinado ponto de partida.

Quanto à concepção política, se refere à concepção do ser humano na coletividade, ou seja, sua organização para atingir determinados fins. Se a concepção antropológica de um indivíduo é incoerente, isso reflete-se em todas as demais concepções e vai minando cada uma delas, inclusive a concepção política.

Já a concepção gnosiológica refere-se à compreensão do conhecimento e como ele se desenvolve, individual e coletivamente, o que está estritamente interligado com as práticas pedagógicas do professor.

Dessa forma, a concepção pedagógica do professor passa necessariamente pelas concepções antropológica, gnosiológica e política, que lhe dão base e fundamento para o seu modo de agir e de ver o mundo.

O professor que tem essas concepções distorcidas apresentará uma concepção pedagógica eivada de vícios, incoerente, confusa e que, geralmente, não leva a lugar algum. Se os processos formativos falham, todo o resto será falho também. É necessário investigar os pontos fracos dos fundamentos e corrigi-los para que possamos atingir nossos objetivos na educação superior, ou pelo menos chegar o mais próximo possível deles.

Considerações Finais

Atualmente, vivenciamos uma transição paradigmática na educação, de forma geral, onde a pedagogia tradicional se mostra insuficiente para alcançarmos os objetivos pretendidos com o ensino. Na educação superior, muitas mudanças são necessárias, pois o desafio é obter-se um ensino de excelência, com a melhoria da qualidade da formação do aluno universitário.

Como professores, sentimos, quase que intuimos, a necessidade de mudança, o que demonstra o início da conscientização, que já é um passo importante no processo de melhoria do ensino. Todavia, ainda não se sabe muito bem o que mudar, nem de que forma melhorar as práticas pedagógicas para resultados positivos, o que ainda demanda muitas pesquisas a serem realizadas sobre o tema.

Diante da transição paradigmática da educação, notamos que os professores universitários enfrentam dificuldades e desafios para valerem-se de uma nova didática e novos métodos de ensino.

Saliente-se que os professores, não raras vezes, quando tentam modificar suas práticas pedagógicas, se deparam com a resistência dos próprios alunos que estão muito acostumados com o sistema da pedagogia tradicional, ou seja, o ensino onde, simplesmente, recebem informações, sem ter que refletir ou debater a respeito dos temas.

Pelo presente estudo, demonstramos a necessidade do professor universitário apropriar-se de outros conhecimentos, das novas tecnologias, bem como de novas formas de ensinar, pelas quais seus alunos o compreendam.

O jardineiro planta a árvore; ele pode até regá-la, colocar vitaminas para que cresça, mas sabe que a planta cresce por si. O que ele faz é plantar a semente e propiciar o ambiente favorável para que ela se desenvolva. Acreditamos que este seja também o papel do professor.

Infelizmente, para grande parte dos professores, o aluno ainda é considerado objeto da educação - e não seu sujeito - manifestando sua aquiescência com a reprodução do pensamento e conhecimento, baseando as suas aulas apenas na transmissão de informações.

Contudo, devemos considerar que, com toda essa mudança de pensamento que ocorreu em razão da priorização dos direitos humanos, a formação humanística passará a ser mais discutida e exigida nas universidades, impactando os métodos pedagógicos utilizados até então. Assim, não há mais espaço para uma pedagogia que não leve em conta o contexto social, a qualidade dos indivíduos nele inseridos e os valores necessários à paz. A própria sociedade clama por isso.

A educação não pode ser mera formalidade, com um conteúdo sem sentido pois, se assim for, revela-se como um instrumento capaz de promover a manipulação do povo, garantindo apenas os interesses daqueles que detém o poder. Ao contrário, a educação precisa estar a serviço da democracia e da sociedade.

É essencial, primeiramente, a compreensão de que ensinar requer uma necessária parceria entre professor e aluno, com vistas à construção do conhecimento e do pensamento crítico-reflexivo, propiciando uma experiência mútua de aprendizado e valorização do outro; obter, assim, uma nova visão de mundo que possa atender aos anseios e expectativas da sociedade.

É preciso pensar em novos ambientes para o aprendizado, bem como se apropriar dos resultados dos avanços científicos e tecnológicos já atingidos, incorporando-os ao ensino, inovando tanto no que se refere aos conteúdos como no que diz respeito aos métodos.

Por fim, o professor deve ter em conta que o aluno se desenvolve por si e que pode até ultrapassar o nível de conhecimento que ele próprio, o professor, possui. E estar pronto para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, M. I., LEITE, D.B.C. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. Campinas: Papyrus, 1996 (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FORESTI, M. C. P. P. **Subsídios à construção da prática pedagógica na Universidade** – Artigo. Interface: comunicação saúde e educação – p.69/82. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. (1983). 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21).

KOURGANOFF, W. **A face oculta da universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

MOSSINI, D. E. de S. **Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade**. Doutorado em Educação: Currículo PUC-SP, São Paulo, 2010 – 256 f. Tese (doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PAOLI, N. J. **O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa: elementos para uma discussão**. Cadernos CEDES, n.22, p.27-52, 1988.

PINTO. Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

REALE, M. **Horizontes do Direito e da História**. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 96.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: edições Aforamento, 2010.